



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO N°. 031/2014/SEMA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA E A
EMPRESA VALORA SOLUÇÕES EM GESTÃO
LTDA EPP.

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro, casado, portador do RG n°. 349.280 - SSP/MT e do CPF n°. 298.940.931-91, residente a Rua Dom Antônio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608, Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **Valora Soluções em Gestão Ltda - EPP**, inscrita no CNPJ: 07.180.408/0001-31, situada na Rua Capitão Domingos Corrêa da Rocha, n° 80, sala 407, Bairro Santa Lúcia, em Vitória/Espírito Santo-ES, CEP: 29.056-220, telefone/fax: (27) 3345-9006, representada pelo Senhor **Rodrigo Capua de Lima**, portador do RG: 5.826.321 SSP/MG e do CPF: 026.966.416-50, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento, em conformidade com o Processo n°. 63713/2014/SEMA, Pregão Presencial n.º 005/2014/SEMA, sujeitando-se aos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei n°. 10.520/2002, o Decreto Estadual n° 7.217/2006, bem como, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em implementação de SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade)



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

visando acreditação de ensaios analíticos aos requisitos da norma ISO/IEC 17025:2005, conforme especificações e condições descritas no Edital de **Pregão Presencial nº 005/2014/SEMA/MT** e seus anexos, Termo de Referência nº 07/2014, que fazem parte integrante deste contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO

2.1. As especificações, as quantidades e o preço para o objeto contratado são os constantes do **Edital de Pregão Presencial nº 005/2014/SEMA/MT e anexos**, bem como da proposta apresentada, conforme discriminação abaixo:

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em implementação de Sistema de Gestão da Qualidade em laboratórios visando acreditação de ensaios analíticos segundo os requisitos da norma ISO/IEC 17025:2005.	01	R\$ 109.860,00	R\$ 109.860,00

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de **R\$ 109.860,00 (cento e nove mil, oitocentos e sessenta reais)**, a serem pagos parceladamente, conforme cronograma estabelecido na cláusula quinta deste contrato, pelos serviços efetivamente prestados, comprovados por meio de atesto do fiscal do contrato, indicado pelo setor demandante.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

- a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Comparecer no prazo de **02 (dois) dias** para retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso.

4.2. A **CONTRATADA** deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data da convocação. Caso a adjudicatária seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser adiado até 15 (quinze) dias.

4.3. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, e ao comprador convocará outra Licitante classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto no artigo 7º da mesma lei.

4.4. Efetuar uma avaliação do sistema de gestão da qualidade e estrutura física atual do Laboratório de Monitoramento Ambiental da SEMA-MT (Unidade localizada em Cuiabá-MT), e posteriormente, elaborar



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

e implementar um plano de adequação/melhoria do Sistema de Gestão da Qualidade Laboratorial, com medidas de adequação às exigências da norma ISO 17025, determinação de incertezas analíticas e validação de metodologias executadas no laboratório, além de treinamento e orientação da equipe técnica, abrangendo os principais ensaios analíticos executados pelo laboratório (o processo deve visar a acreditação de, ao menos, seis ensaios analíticos realizados atualmente no laboratório):

- Cor (real e aparente);
- Sólidos sedimentáveis;
- Sólidos totais;
- Coliformes termotolerantes;
- Turbidez
- pH;
- Condutividade;
- Temperatura;
- Fósforo total;
- Nitrogênio Total;
- Nitrogênio nitrato;

4.5. Apresentar um Plano de Trabalho contendo cronograma de execução.

4.6. Realizar um diagnóstico da situação atual do laboratório frente às necessidades da norma NBR ISO/IEC 17025, tanto no tocante à estrutura física, quanto aos processos analíticos executados; manual da qualidade, procedimentos operacionais padrão e registros atualmente em uso.

4.7. Proceder à estruturação da base documental e de registros necessários, de acordo com o Manual da Qualidade que for elaborado e/ou aperfeiçoado durante o processo de implantação do SGQ.

4.8. Subsidiar a revisão do Manual de Qualidade do laboratório.

4.9. Analisar e fornecer subsídios para implementação dos métodos de validação, determinação de incerteza de medições e controle de



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

processos, voltado aos ensaios analíticos realizados neste laboratório, atendendo as melhores práticas de mercado e legislações aplicáveis para o segmento.

4.10. Sugerir e acompanhar mudanças e/ou melhorias na infraestrutura.

4.11. Implementar e treinar os colaboradores nas adequações da implementação do sistema de gestão da qualidade.

4.12. Apresentar relatório final de avaliação do processo de adequação até o prazo final de vigência do contrato, visando a futura acreditação.

4.13. A estrutura de documentos (digitação de manuais, fluxos, procedimentos e criação de formulários no computador) será executada pela **CONTRATANTE**.

4.14. Realizar capacitação dos envolvidos: efetuar, no mínimo, 64 h de treinamentos para os envolvidos com o processo de adequação do Sistema de Gestão (no máximo, 15 pessoas), contemplando:

- Interpretação da norma NBR ISO/IEC 17025/2005;
- Estatística aplicada a laboratórios;
- Análise de incerteza de medição e validação de procedimentos analíticos;
- Formação de auditores internos.

4.15. Efetuar visitas In Loco: Deverão ser efetuadas no mínimo 12 (doze) visitas do profissional com experiência comprovada em SGQ ao Laboratório, de acordo com as disponibilidades da equipe do Laboratório da **CONTRATANTE**, devendo ser realizadas no mínimo 180 horas de verificação e/ou acompanhamento presencial do processo.

4.16. Executar os serviços bimestralmente, devendo ser iniciados em até **15(quinze) dias**, a contar do recebimento das Ordens de Serviços pela **CONTRATADA**, iniciando-se com a primeira visita dos técnicos da **CONTRATADA** ao Laboratório da SEMA-MT para início dos trabalhos;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.16.1. Todas as despesas com os treinamentos, verificações e/ou acompanhamentos in loco e à distância e as despesas com deslocamentos (taxi e passagens aéreas), alimentações e hospedagens, devem estar inclusos no custo total do serviço oferecido. Os treinamentos realizados deverão fornecer certificados ao final dos mesmos.

4.17. Comprovar material dos serviços: Ao final de todas as visitas deverá ser elaborado um relatório contendo uma descrição dos serviços realizados, registros fotográficos e avaliação do processo de implementação do sistema até o momento da presente visita, para fins de comprovação material dos serviços executados (com exceção da primeira visita, na qual também deverá ser apresentado o Plano de Trabalho e da última, na qual deverá ser entregue somente o Relatório Final). Nos meses em que houver treinamento, também deverão ser entregues os registros de presença e cópia dos certificados expedidos.

4.18. A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução do serviço, objeto do presente contrato, em até **15 (quinze) dias** corridos a contar do recebimento das Ordens de Serviços.

4.19. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado. No caso de fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora da licitação, a **CONTRATANTE** deverá ser comunicada por escrito sobre as mudanças, e só aceitará a nova empresa se destas transformações não resultarem prejuízos a execução dos serviços, mantidas as condições de habilitação e a manutenção das condições estabelecidas no contrato original.

4.20. Assumir as responsabilidades e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.21. Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho do serviço e providenciará para que todos os seus empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas do **CONTRATANTE**.

4.22. Assegurar à **CONTRATANTE** o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da **CONTRATANTE** eximirá a **CONTRATADA** de suas responsabilidades provenientes do contrato.

4.23. Caso a **CONTRATADA** tenha que desfazer ou refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as necessárias despesas.

4.24. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados a **CONTRATANTE** ou a terceiros, por atos de negligência ou culpa de seus empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços estipulados no contrato.

4.25. Executar o objeto de acordo as exigências do Edital da Licitação e seus Anexos, agindo de boa-fé conforme exigência do Código Civil e adotar a melhor técnica utilizando materiais de primeira qualidade e cumprindo todas as normas técnicas.

4.26. Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as obrigações em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apontadas pela **CONTRATANTE** no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência, ou no prazo estabelecido pela fiscalização.

4.27. Cumprir quaisquer formalidades e pagar as multas porventura impostas pelas autoridades competentes, decorrentes da execução do objeto ora contratado.

4.28. Responder por todo e qualquer dano que causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros, ainda que culposos, por ato praticado por seus prepostos,



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

empregado ou mandatários, ainda que culposos, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade, assegurando à **CONTRATANTE**, em qualquer caso, o exercício do direito de regresso, pela via administrativa, que após o devido processamento e garantido o direito de defesa, o prejuízo ensejará o desconto de valores devidos ou inscrição do débito em dívida ativa.

4.29. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

4.30. Arcar com os danos causados diretamente a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE** e responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da **CONTRATANTE**, quando do cumprimento de suas obrigações.

4.31. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado.

4.32. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos.

4.33. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

4.34. Comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.35. Nas situações caracterizadas como níveis de anormalidades de emergência, a **CONTRATADA** deverá, com a maior brevidade possível, mobilizar técnicos necessários à solução do problema.

4.36. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

4.37. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades dispostas no item 18 do Edital.

4.38. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observado a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, no qual o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, não adjudicando em caso de imutabilidade de preço.

4.39. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida nos subitens anteriores.

4.40. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual nº. 7.217/2006.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO

5.1. A execução dos serviços deverá obedecer o cronograma abaixo, sendo que o pagamento será parcelado, em 12 (doze) parcelas iguais, e



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

deverá ocorrer mediante a entrega dos documentos legais exigidos no contrato, Plano de Trabalho (1º mês), Relatório de Atividades desempenhadas (todos os meses, exceto o 23º) e Relatório Final (23º mês), além de registro de frequências e cópias de certificados nos meses em que houver capacitação, conforme cronograma de pagamento:

Serviço Executado	Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro		
	Mês de Execução da despesa	Mês de Desembolso financeiro	Valor (R\$)
1ª Visita e entrega do Plano de Trabalho	1º mês	2º	R\$ 9.155,00
2ª Visita e entrega de Relatório de atividades desempenhadas	3º mês	4º	R\$ 9.155,00
3ª Visita e entrega de Relatório de atividades desempenhadas	5º mês	6º	R\$ 9.155,00
4ª Visita e entrega de Relatório de atividades desempenhadas	7º mês	8º	R\$ 9.155,00
5ª Visita e entrega de Relatório de atividades desempenhadas (1º ciclo de capacitação)	9º mês	10º	R\$ 9.155,00
6ª Visita e entrega de Relatório de atividades desempenhadas (2ª Visita e entrega de Relatório de atividades desempenhadas)	11º mês	12º	R\$ 9.155,00
7ª Visita e entrega de Relatório de atividades desempenhadas	13º mês	14º	R\$ 9.155,00
8ª Visita e entrega de Relatório de atividades desempenhadas	15º mês	16º	R\$ 9.155,00
9ª Visita e entrega de Relatório de atividades desempenhadas	17º mês	18º	R\$ 9.155,00
10ª Visita e entrega de Relatório de atividades desempenhadas (2º ciclo de capacitação)	19º mês	20º	R\$ 9.155,00
11ª Visita e entrega de Relatório de atividades desempenhadas	21º mês	22º	R\$ 9.155,00
12ª Visita e entrega do Relatório Final	23º mês	24º	R\$ 9.155,00
	TOTAL		R\$ 109.860,00



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5.2. O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pela Coordenadoria responsável pela fiscalização dos bens/serviços (Coordenadoria de Monitoramento Ambiental), e acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n.ºs. 7217/06, 8199/06 e 8426/06, obedecendo aos prazos estabelecidos na Instrução Normativa n.º. 01/2007/SAGP/SEFAZ.

5.2.1. Cabe também à unidade fiscalizadora, seja em questão de material ou serviços, o acompanhamento pelos saldos contratuais, tanto em questão orçamentária como em quantitativo.

5.3. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

5.3.1. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

5.4. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na Nota Fiscal.

5.5. Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá obrigatoriamente apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

5.6. As comprovações de regularidade exigidas nos subitens acima poderão ser substituídas pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

5.8. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.9. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO**, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **COORDENADORIA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL** da **CONTRATANTE**, para serem devidamente atestadas.

5.10. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

5.11. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Não há previsão de garantia para este contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A **CONTRATANTE** se obriga, nos termos previstos neste contrato a:

7.1.1. Emitir ORDEM DE SERVIÇO, estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

7.1.2. Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas no edital e seus anexos.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7.1.3. A **CONTRATANTE** deverá exercer a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, que deverá conferir e aprovar o plano de trabalho e os relatórios das campanhas de campo, além de atestar as notas fiscais correspondentes aos serviços prestados, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93.

7.1.4. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, inclusive destinar, se for o caso, local para que o representante da **CONTRATADA** possa executar o controle dos serviços.

7.1.5. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.

7.1.6. Manifestar formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato.

7.1.7. Aplicar, quando for o caso, à **CONTRATADA**, as sanções regulamentares e contratuais.

7.1.8. Permitir o acesso às dependências do órgão à **CONTRATADA** para o cumprimento de suas obrigações.

7.1.9. Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.

7.1.10. Efetuar em dia o pagamento à **CONTRATADA**, pelos serviços prestados.

7.1.11. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa **CONTRATADA**, exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei,



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**.

7.1.12. O Fiscal Designado registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

7.1.13. O serviço será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade;
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.

7.1.14. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento em até 20 (vinte) dias úteis, após o atesto na Nota Fiscal, comprovando que o serviço foi efetivamente prestado e é o mesmo do objeto deste Edital.

7.1.15. Aplica-se ainda a **CONTRATADA**, por ocasião do fornecimento de serviço as disposições contidas na Lei n° 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade: 2358
Natureza de Despesa: 3390 3900
Fonte de Recurso: 109



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

8.2. As despesas decorrentes desta contratação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo, conforme disposto no artigo 57, § 1º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência do contrato inicialmente será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

9.1.1. O presente contrato poderá ser prorrogado com relação ao prazo, caso necessário, apenas para fins de conclusão dos serviços pela **CONTRATADA**, somente quando ocorrerem motivos que impossibilitem a execução do serviço contratado dentro do prazo estabelecido inicialmente, nas situações previstas na lei 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste contrato e do edital sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o *caput* e parágrafos do art. 86 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

10.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b)** A partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

10.1.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato, quanto as obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

10.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado/adjudicado.

10.3. Se a contratada/adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.4. A licitante, adjudicatária ou **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

10.5. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a Administração proceder a cobrança judicial da multa.

10.6. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**.

10.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a **CONTRATANTE** reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

11.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

12.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. Será designado, pela Gerência de Laboratório e Ensaios da **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados aos serviços;

13.1.1. O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

13.2. A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços contratados.

13.3. Cabe à **CONTRATADA** atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a co-responsabilidade da **CONTRATANTE**.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato.

14.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

14.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

14.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 22 de agosto de 2014.

Benedito Nery Guarim Strobel
Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica

Rodrigo Capua de Lima
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

Kelly Almeida Kormann

CPF: 823.964.001-00

Nádia A. C. Castro

CPF: 000.922.361-46